Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: agosto de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Ruralista quer rolar dívidas de R$ 36 bi – Sítio Eletrônico da CNA – 04/08/2009 ... 3

Novos preços garantidores para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 04/08/2009 ... 5

Ruralista quer rolar dívidas de R$ 36 bi – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009 ... 6

Agricultura pede liberação de R$ 2 bi – Sítio eletrônico da CNA – 05/08/2009 ... 8

Agricultura pede liberação de R$2 bi – Célia Froule e Fabíola Salvador - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2009 ... 10

Consultores esclarecem dúvidas de produtores sobre endividamento rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/08/2009 ... 11

A Dívida Rural, de novo – Estado de são Paulo – Notas e Informações – 10/08/2009 ... 12

Prorrogado prazo para renegociação de débitos dos agricultores inscritos na Dívida Ativa da União – Sítio Eletrônico do MDA - 12/08/2009 ... 13

Crédito Rural – Sítio Eletrônico da CNA – 14/08/2009 ... 14

CNA defende mais subvenção agrícola, menos prorrogação de dívida – Sítio Eletrônico da CNA – 14/08/2009 ... 14

Governo executou mais de R$ 800 milhões em Política de Garantia de Preços Mínimos – Sítio eletrônico do MAPA – 20/08/2009 ... 16

Parlamentares discutem endividamento do setor rural brasileiro – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009 ... 17

Dívida rural é de R$ 130 bilhões, diz deputado – Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2009 ... 18

Postergadas dívidas de investimento – Sítio Eletrônico da CNA – 27/08/2009 ... 19

Governo resiste e ruralista pressiona por nova rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 27/08/2009 ... 20

Postergadas dívidas de investimento – Valor Econômico – Agronegócios – 27/09/2009 ... 21

Ruralista quer rolar dívidas de R$ 36 bi – Sítio Eletrônico da CNA – 04/08/2009

Um projeto de lei da bancada ruralista, que prevê a sétima renegociação geral de dívidas rurais no país, está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Sem alarde, o parecer do relator, o deputado ruralista Dilceu Sperafico (PP-PR), é favorável ao alongamento de R$ 36 bilhões em dívidas de crédito rural até 2026 e autoriza o Tesouro Nacional a emitir até R$ 7 bilhões em títulos para bancar os custos dessa rolagem.

Arquivado em 2007 por uma manobra do PT, o Projeto de Lei nº 5.507 voltou a tramitar em março do mesmo ano. O texto prevê a manutenção das taxas de juros de 3% ao ano, redução das taxas para dívidas já renegociadas, além de diversos bônus de adimplência e ampliação de prazos de carência.

O texto, apresentado em junho de 2005, também inclui a renegociação das operações do cacau, Funcafé e Prodecer I e II. A medida permite, ainda, a reabertura dos prazos para as renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Pelo texto, haveria a reabertura das renegociações das dívidas de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, com novos prazos de carência até três anos de acordo com a região e a origem dos recursos.

"Vou apressar a apresentação do meu parecer na CCJ para resolver de uma vez por todas esse problema que tira o sono dos produtores há mais de dez anos", afirma Sperafico. O relatório, se aprovado pela CCJ, seguiria ao plenário da Câmara e precisaria de um acordo de lideranças para ser votado. Às vésperas das eleições gerais de 2010, a medida tem um forte apelo nas bases da bancada ruralista. "Precisamos de uma solução definitiva. E esse projeto representa exatamente isso", avalia o autor do projeto e atual líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO).

O projeto ganhou força com a confirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo avalia uma nova rolagem de "uma parte pequena" das dívidas de produtores familiares e assentados da reforma agrária. Ao Valor, o presidente declarou, há duas semanas, a disposição de apoiar a nova repactuação de débitos não incluídos em renegociações anteriores. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil alertaram o governo sobre o "efeito cascata" que essa reabertura das negociações pode causar.

Os médios e grandes produtores não devem aceitar uma renegociação restrita sem alguma benesse oficial. A Comissão de Agricultura da Câmara votará amanhã um

requerimento para mobilizar dirigentes de vários segmentos rurais para debater uma nova rolagem de dívidas. "Tivemos estiagem, enchentes e geadas que mudaram o quadro do ano passado para cá. O governo precisar dar um apoio aos produtores", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

O último pacote de rolagem do governo, aprovado em junho de 2008, renegociou R$ 75 bilhões em dívidas do setor. O texto permitiu a ampliação de prazos de pagamento até 2025, descontos para liquidação e rolagem, além de eliminação de multas, extensão de bônus de adimplência e troca de indexadores nos débitos. Sob pressão da alta dos alimentos, o governo produziu, à época, o maior pacote de repactuação de débitos rurais da história - o segundo sob o governo Lula.

As medidas, transformadas na Lei nº 11.775, deram um refresco de R$ 10 bilhões ao bolso de 2,8 milhões de contratos de produtores e cooperativas. O custo fiscal do último pacote ao Tesouro foi de R$ 1,16 bilhão ao longo dos próximos anos. Mas a União já havia absorvido, nos últimos dois anos, R$ 12 bilhões em prejuízo de operações de fundos constitucionais ou lançadas como Dívida Ativa da União.

O histórico de benefícios aos produtores é extenso. Em 1995, os produtores pressionaram até conseguir, por 20 anos, a rolagem de R$ 10,7 bilhões nas dívidas até R$ 200 mil (securitização). Em 2001, quando venceria a carência e deveriam ser pagos R$ 2,5 bilhões, houve nova rolagem. Antes, em 1999, foram prorrogados R$ 7,5 bilhões em débitos acima de R$ 200 mil a juros anuais entre 3% e 5%. Na época, o governo calculou em R$ 8,5 bilhões o custo dessas rolagens para o Tesouro até 2026. Em 2005, pela primeira vez no governo Lula, foram prorrogados R$ 2,62 bilhões nas linhas de investimento do BNDES e R$ 170 milhões do FCO para produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja de áreas reconhecidas como em emergência. Em 2008, o "pacotão" somou R$ 75 bilhões.

* Autor: Mauro Zanatta. Noticia publicada no Jornal Valor Economico desta terça-feira - 04/08/2009.

Novos preços garantidores para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 04/08/2009

Foram publicados na última semana os novos preços de garantia do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Eles serão aplicados nas operações de custeio contratadas a partir da safra 2006/2007 e nas operações de investimento contratadas a partir da safra 2008/2009, com vencimento até 9 de janeiro de 2010.

A raiz da mandioca terá o preço de garantia de R$ 98,85 a tonelada (valendo para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e para a saca do feijão o preço será de R$ 80. A resolução, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), traz ainda os preços de garantia vigentes a partir de 10 de julho de 2009 e a partir de 10 de janeiro de 2010 (veja tabelas).

O programa, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2006, possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um bônus, que corresponde a diferença entre os preços garantidores e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia.

O PGPAF é uma garantia a mais aos agricultores familiares de que seus financiamentos de custeio e/ou investimento, no momento de serem pagos aos bancos, terão valor compatível com o custo de produção. "Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção", destaca o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin.

Bônus

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado mensalmente pela SAF/MDA. A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R$ 3,5 mil anuais por beneficiário do crédito rural, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009, independente do número de operações de crédito. A partir de janeiro de 2010, o limite sobe para R$ 5 mil/ano, por agricultor.

Fazem parte do PGPAF 34 culturas: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo. Essas culturas abrangem mais de 97% das operações de

custeio do Pronaf e mais de 98% das operações de investimento.

Mais garantia aos agricultores familiares

Os agricultores familiares com operações prorrogadas também poderão contar com a garantia do PGPAF a partir de agora. A medida já está valendo para as operações de custeio do Pronaf contratadas a partir da safra 2006/2007 e para as operações de investimento prorrogadas contratadas a partir da safra 2008/2009.

Ruralista quer rolar dívidas de R$ 36 bi – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009

Um projeto de lei da bancada ruralista, que prevê a sétima renegociação geral de dívidas rurais no país, está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Sem alarde, o parecer do relator, o deputado ruralista Dilceu Sperafico (PP-PR), é favorável ao alongamento de R$ 36 bilhões em dívidas de crédito rural até 2026 e autoriza o Tesouro Nacional a emitir até R$ 7 bilhões em títulos para bancar os custos dessa rolagem.

Arquivado em 2007 por uma manobra do PT, o Projeto de Lei nº 5.507 voltou a tramitar em março do mesmo ano. O texto prevê a manutenção das taxas de juros de 3% ao ano, redução das taxas para dívidas já renegociadas, além de diversos bônus de adimplência e ampliação de prazos de carência.

O texto, apresentado em junho de 2005, também inclui a renegociação das operações do cacau, Funcafé e Prodecer I e II. A medida permite, ainda, a reabertura dos prazos para as renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Pelo texto, haveria a reabertura das renegociações das dívidas de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, com novos prazos de carência até três anos de acordo com a região e a origem dos recursos.

"Vou apressar a apresentação do meu parecer na CCJ para resolver de uma vez por todas esse problema que tira o sono dos produtores há mais de dez anos", afirma Sperafico. O relatório, se aprovado pela CCJ, seguiria ao plenário da Câmara e precisaria de um acordo de lideranças para ser votado. Às vésperas das eleições gerais de 2010, a medida tem um forte apelo nas bases da bancada ruralista. "Precisamos de um solução definitiva. E esse projeto representa exatamente isso", avalia o autor do projeto e atual líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO).

O projeto ganhou força com a confirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo avalia uma nova rolagem de "uma parte pequena" das dívidas de produtores familiares e assentados da reforma agrária. Ao Valor, o presidente declarou, há duas semanas, a disposição de apoiar a nova repactuação de débitos não incluídos em renegociações anteriores. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil alertaram o governo sobre o "efeito cascata" que essa reabertura das negociações pode causar.

Os médios e grandes produtores não devem aceitar uma renegociação restrita sem alguma benesse oficial. A Comissão de Agricultura da Câmara votará amanhã um requerimento para mobilizar dirigentes de vários segmentos rurais para debater uma nova rolagem de dívidas. "Tivemos estiagem, enchentes e geadas que mudaram o quadro do ano passado para cá. O governo precisar dar um apoio aos produtores", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

O último pacote de rolagem do governo, aprovado em junho de 2008, renegociou R$ 75 bilhões em dívidas do setor. O texto permitiu a ampliação de prazos de pagamento até 2025, descontos para liquidação e rolagem, além de eliminação de multas, extensão de bônus de adimplência e troca de indexadores nos débitos. Sob pressão da alta dos alimentos, o governo produziu, à época, o maior pacote de repactuação de débitos rurais da história - o segundo sob o governo Lula.

As medidas, transformadas na Lei nº 11.775, deram um refresco de R$ 10 bilhões ao bolso de 2,8 milhões de contratos de produtores e cooperativas. O custo fiscal do último pacote ao Tesouro foi de R$ 1,16 bilhão ao longo dos próximos anos. Mas a União já havia absorvido, nos últimos dois anos, R$ 12 bilhões em prejuízo de operações de fundos constitucionais ou lançadas como Dívida Ativa da União.

O histórico de benefícios aos produtores é extenso. Em 1995, os produtores pressionaram até conseguir, por 20 anos, a rolagem de R$ 10,7 bilhões nas dívidas até R$ 200 mil (securitização). Em 2001, quando venceria a carência e deveriam ser pagos R$ 2,5 bilhões, houve nova rolagem. Antes, em 1999, foram prorrogados R$ 7,5 bilhões em débitos acima de R$ 200 mil a juros anuais entre 3% e 5%. Na época, o governo calculou em R$ 8,5 bilhões o custo dessas rolagens para o Tesouro até 2026. Em 2005, pela primeira vez no governo Lula, foram prorrogados R$ 2,62 bilhões nas linhas de investimento do BNDES e R$ 170 milhões do FCO para produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja de áreas reconhecidas como em emergência. Em 2008, o "pacotão" somou R$ 75 bilhões.

Agricultura pede liberação de R$ 2 bi – Sítio eletrônico da CNA – 05/08/2009

O Ministério da Agricultura deve pedir hoje à Fazenda R$ 2 bilhões para dar continuidade ao seu programa de sustentação de preços agrícolas, que está ameaçado de paralisação por falta de recursos. O valor tem como base o orçamento da Agricultura, de R$ 5,2 bilhões para 2009. Desse total, a pasta já comprometeu R$ 2,9 bilhões em políticas de apoio à comercialização e teria de levantar por conta própria R$ 2,3 bilhões para aquisição de produtos agrícolas.

Por enquanto, vamos pedir apenas a execução do orçamento, comentou um técnico da Agricultura. A Fazenda, porém, quer fazer uma avaliação detalhada das necessidades do setor antes de se comprometer com valores. A forma usual de a Agricultura fazer caixa é por meio de venda de estoques de produtos. Ocorre que o volume de produtos nas mãos do governo é pequeno.

Além disso, seria contraproducente ampliar a oferta de grãos e demais itens em um momento em que o governo quer enxugar o mercado para aumentar ou manter os preços. Este ano, o governo está comprador, disse uma fonte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela realização dos leilões.

Como não há saída dentro do Ministério da Agricultura para levantar os recursos, a avaliação interna é a de que o governo precisa honrar o compromisso com os produtores de que não faltaria dinheiro para o campo. A bancada ruralista promete pressionar para obter os recursos.

No ano passado, quando o Congresso votou o Orçamento, houve a avaliação de que era preciso ter mais dinheiro para a área rural. Mesmo assim, a proposta feita pelo governo foi acatada, lembrou um parlamentar da bancada ruralista. Abriu-se mão, na ocasião, porque foi feita a promessa de que se o setor precisasse de mais verba seria socorrido. É o caso agora, continuou.

Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Planejamento, Paulo Bernardo, além do secretário executivo da Fazenda, Nelson Machado, se reunirão hoje para tratar do tema. O encontro ocorre num momento crucial para os produtores, já que grande parte da safra 2008/09 está colhida, com problemas de armazenagem em vários pontos, e os leilões de apoio à comercialização estão suspensos por falta de recursos.

Ontem foi realizada a última operação já agendada, a de milho. O leilão para estimular o escoamento de algodão, previsto para esta semana, está cancelado. Mas os problemas maiores são o milho e o trigo, cuja colheita começa em meados de agosto, avaliou outro técnico do Ministério.

Não foi pouca coisa o gasto com subvenção este ano, disse um técnico da Fazenda. Agora, se o governo terá condições, teremos de ver amanhã (hoje). A Fazenda não abrirá mão, no entanto, de verificar a proposta da Agricultura detalhada.

* Autores: Célia Froufe e Fabíola Salvador. Noticia publicada no Jornal O Estado de S. Paulo desta quarta-Feira – 05/08/2009.

Agricultura pede liberação de R$2 bi – Célia Froule e Fabíola Salvador - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2009

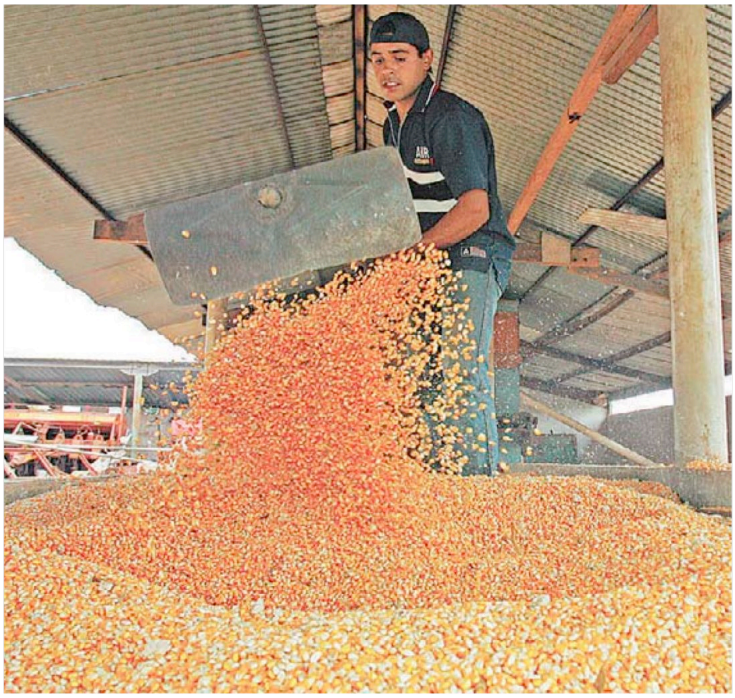
Célia Froufe
Fabíola Salvador
BRASÍLIA

O Ministério da Agricultura deve pedir hoje à Fazenda R$ 2 bilhões para dar continuidade ao seu programa de sustentação de preços agrícolas, que está ameaçado de paralisação por falta de recursos. O valor tem como base o orçamento da Agricultura, de R$ 5,2 bilhões para 2009. Desse total, a pasta já comprometeu R$ 2,9 bilhões em políticas de apoio à comercialização e teria de levantar por conta própria R$ 2,3 bilhões para aquisição de produtos agrícolas.

"Por enquanto, vamos pedir apenas a execução do orçamento", comentou um técnico da Agricultura. A Fazenda, porém, quer fazer uma avaliação detalhada das necessidades do setor antes de se comprometer com valores. A forma usual de a Agricultura fazer caixa é por meio de venda de estoques de produtos. Ocorre que o volume de produtos nas mãos do governo é pequeno.

Além disso, seria contraproducente ampliar a oferta de grãos e demais itens em um momento em que o governo quer enxugar o mercado para aumentar ou manter os preços. "Este ano, o governo está comprador", disse uma fonte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela realização dos leilões.

Como não há saída dentro do Ministério da Agricultura para levantar os recursos, a avaliação interna é a de que o governo precisa honrar o compromisso com os produtores de que não faltaria dinheiro para o campo. A bancada ruralista promete pressionar para obter os recursos.



COLHEITA – Problemas maiores são o milho e o trigo, diz técnico

"No ano passado, quando o Congresso votou o Orçamento, houve a avaliação de que era preciso ter mais dinheiro para a área rural. Mesmo assim, a proposta feita pelo governo foi acatada", lembrou um parlamentar da bancada ruralista. "Abriu-se mão, na ocasião, porque foi feita a promessa de que se o setor precisasse de mais verba seria socorrido. É o caso agora", continuou.

Falta de recursos suspendeu leilões de apoio à comercialização

Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Planejamento, Paulo Bernardo, além do secretário executivo da Fazenda, Nelson Machado, se reunirão hoje para tratar do tema. O encontro ocorre num momento crucial para os produtores, já que grande parte da safra 2008/09 está colhida, com problemas de armazenagem em vários pontos, e os leilões de apoio à comercialização estão suspensos por falta de recursos.

Ontem foi realizada a última operação já agendada, a de milho. O leilão para estimular o escoamento de algodão, previsto para esta semana, está cancelado. "Mas os problemas maiores são o milho e o trigo, cuja colheita começa em meados de agosto", avaliou outro técnico do Ministério.

"Não foi pouca coisa o gasto com subvenção este ano", disse um técnico da Fazenda. "Agora, se o governo terá condições, teremos de ver amanhã (hoje)." A Fazenda não abrirá mão, no entanto, de verificar a proposta da Agricultura detalhada. ●

Consultores esclarecem dúvidas de produtores sobre endividamento rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/08/2009

O advogado Guilherme Ferreira e o economista Edvaldo Brito –consultores da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – estarão em Maceió, na próxima quinta-feira e sexta-feira, dias 13 e 14, esclarecendo dúvidas dos produtores alagoanos a respeito do endividamento rural. O atendimento ao público será realizado no prédio sede da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de Alagoas (FAEAL), no bairro de Jaraguá, a partir das 9h30.

Na oportunidade, os consultores estarão alertando os produtores do Estado sobre a possibilidade de revisão do saldo devedor de acordo com a renegociação da Lei 11.775/2008 e outros assuntos relacionados a problemática do endividamento rural.

"É importante que os produtores não percam esta oportunidade para esclarecer todas as suas dúvidas em relação ao assunto. Os dois consultores estarão a disposição dos produtores durante todo o dia", disse Álvaro Almeida, presidente da FAEAL, acrescentando que Guilherme Ferreira e Edvaldo Brito estiveram em Alagoas, no fim do ano passado, também prestando o mesmo serviço de orientação aos produtores alagoanos.

* Informações pelo telefone (82) 3217-9803.

A Dívida Rural, de novo – Estado de são Paulo – Notas e Informações – 10/08/2009

Parado na Câmara dos Deputados desde 2007, um projeto de lei que abre o caminho para nova renegociação de dívidas rurais, e abrange contratos cujo total é estimado em R$ 36 bilhões, está prestes a ser votado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, dali, seguir para a apreciação do plenário.

De autoria do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), atual líder de seu partido, e apoiado pela bancada ruralista na Câmara, o projeto parecia esquecido. Foi apresentado em 2005, arquivado no início de 2007, desarquivado pouco depois e estava parado na CCJ até há pouco. Agora, parece ter encontrado o ambiente adequado para avançar. Há poucas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu, em declarações à imprensa, que apoiaria uma iniciativa que permita a renegociação de dívidas agrícolas não abrangidas pelas renegociações anteriores. E a aproximação do período eleitoral estimula os congressistas e o governo a distribuir benefícios com recursos do Tesouro Nacional.

"Precisamos de uma solução definitiva, e esse projeto representa exatamente isso", declarou seu autor ao jornal Valor, ao justificar a proposta. "Vou apressar a apresentação de meu parecer na CCJ para resolver de uma vez por todas esse problema que tira o sono dos produtores há mais de dez anos", garantiu, por sua vez, o relator do projeto, deputado Dilceu Sperafico (PP-PR).

Seria bom que, desta vez, a solução fosse definitiva, pois, se aprovada, esta será a sétima renegociação geral de dívidas de produtores rurais desde 1995. Mas, mesmo entre os que apoiam o projeto, há quem duvide disso. Em outubro de 2005, ao apresentar seu relatório na Comissão de Finanças e Tributação, favorável ao projeto, sem alterações, o então deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) observou que, "mesmo com a aprovação da medida, estaremos distantes de encontrar soluções definitivas, satisfatórias para as partes envolvidas", por se tratar de atividade sujeita a muitos riscos.

Muitos produtores rurais enfrentam, de fato, dificuldades inesperadas, sobretudo em razão de problemas climáticos e das oscilações dos preços agrícolas no mercado internacional. Quando fatores negativos se combinam para quebrar sua produção ou suas rendas, ou ambas, e sem dispor de amplo e tranquilizador apoio do seguro rural, esses agricultores podem enfrentar sérios problemas para honrar seus compromissos financeiros e garantir recursos para o plantio da safra seguinte. Nesse momento, precisam de ajuda temporária.

Mas, entre os beneficiários das renegociações, há também os que sistematicamente atrasam os pagamentos das prestações das dívidas contratadas, ou simplesmente não as pagam. Não pagam nem mesmo as prestações das dívidas renegociadas, como afirmou o deputado Cláudio Vignatti (PT-SC). No voto em separado que apresentou na Comissão de Finanças e Tributação, contrário ao relatório de Moreira Franco, Vignatti incluiu dados do Tesouro Nacional, segundo os quais, dos agricultores responsáveis pelas operações abrangidas pela primeira renegociação, de 1995, 32% nunca pagaram nenhuma parcela. Em 2005, do valor das dívidas renegociadas que não estava sendo pago, 76% correspondiam a contratos acima de R$ 200 mil, ou o correspondente a apenas 1,5% dos contratos.

A mais recente renegociação, de junho do ano passado, ampliou o prazo de pagamento para 2025, ofereceu descontos para liquidação à vista, eliminou multas, trocou indexadores e abrangeu contratos que somam R$ 75 bilhões. Nova repactuação - que

poderá beneficiar os inadimplentes contumazes -, ao limitar a disponibilidade de crédito para a atividade agropecuária, "vai prejudicar de forma irrestrita todos os produtores rurais", os que continuam honrando seus compromissos, e que são a maioria, e os que "merecem a repactuação e alongamentos das suas dívidas agrícolas", argumentou então o deputado catarinense.

Esses argumentos continuam válidos. Mas correm o risco de serem atropelados pela combinação dos interesses legítimos de agricultores que enfrentam compreensíveis problemas financeiros com os interesses espúrios de devedores contumazes e de políticos de olho apenas nas urnas.

Prorrogado prazo para renegociação de débitos dos agricultores inscritos na Dívida Ativa da União – Sítio Eletrônico do MDA - 12/08/2009

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) têm novo prazo para renegociar suas dívidas: 30 de setembro. Aqueles que estão inscritos poderão liquidar suas dívidas à vista ou parceladas em até 10 vezes, com descontos progressivos de acordo com a Lei de Renegociação 11.775/2008.

Para se beneficiar, estes agricultores deverão aderir até 30 de setembro de 2009, no caso de renegociação. Permanece o prazo até 30 de dezembro de 2009 para a liquidação das dívidas. Isso vale para débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio de 2009 em Dívida Ativa da União.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estima-se que o montante proveniente de crédito rural seja de aproximadamente R$ 8,2 bilhões, referentes a 57,6 mil inscrições de 49,2 mil devedores.

Adesão

Os agricultores e assentados nesta situação devem efetuar o pedido junto à central de atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-880-0494 (demais localidades). Se após a efetiva adesão à liquidação ou à renegociação surgirem, até 29 de maio de 2009, novas inscrições originárias de operações de crédito rural em nome do devedor, este poderá solicitar nova liquidação ou renegociação.

Lista

A PGFN passou a divulgar, desde o mês passado, a lista das pessoas físicas ou jurídicas que

possuem débitos com a Fazenda Nacional inscritos em Dívida Ativa da União (DAU). A relação encontra-se no endereço eletrônico: www.pgfn.fazenda.gov.br

Crédito Rural – Sítio Eletrônico da CNA – 14/08/2009

A carteira rural atingiu R$ 108 bilhões em junho, com alta de 9,5% em 12 meses. A do Banco do Brasil foi a R$ 66,8 bilhões, com evolução de 8,4% no período. Sobre março último, enquanto a carteira total cresceu 1%, a do BB evoluiu 5,2%.

OPERAÇÕES

Dessa carteira de crédito, o BB fez a prorrogação de R$ 14,6 bilhões, sendo que operações vencidas com mais de 90 dias somam R$ 738 milhões, 5% do valor prorrogado. Em igual período de 2008 eram 2,8%.

RISCOS

As operações prorrogadas têm risco médio de 20,2%. Já as sem prorrogação têm taxa de 4,7%, mostra o balanço do BB.

* Autor: Mauro Zafalon para Coluna Vaivém das commodities. Noticia publicada no Jornal Folha de São Paulo desta Sexta-feira - 14/08/2009.

CNA defende mais subvenção agrícola, menos prorrogação de dívida – Sítio Eletrônico da CNA – 14/08/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), defendeu nesta segunda-feira (10/08), em São Paulo, que o governo reforce a sua política de subvenção como forma de auxiliar o produtor rural, dando menos ênfase às tradicionais prorrogações de dívidas, que segundo ela trazem um custo elevado para a União.

A senadora, que trabalha em conjunto com o governo para uma reformulação das políticas para o setor, observou que "o grande problema do agronegócio é que somos milhares e milhares de produtores, produzimos no mundo todo, e meia dúzia de empresas formula o preço", o que faz dos agricultores "tomadores de preços".

Daí, disse ela, a necessidade de uma política que leve em conta os custos do produtor, nos moldes do realizado por países desenvolvidos, para que os agricultores possam continuar fornecendo alimentos "em quantidade e qualidade a baixos preços nas gôndolas dos supermercados".

"Essa diferença entre o que custou na propriedade e o alimento barato na mesa do consumidor, alguém tem que bancar essa diferença... O programa deve e tem que ser subvencionado pelos governos como fazem todos os países desenvolvidos. Não se trata de uma esmola, uma benesse, de um tratamento especial, o setor é diferenciado", declarou ela no início da noite de segunda-feira a jornalistas, após palestra no 8o Congresso da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), em São Paulo.

Ela explicou que cálculos da CNA indicam que recente prorrogação de dívida custou ao país 5 bilhões de reais, ao passo que se tivesse sido feita uma política mais adequada de sustentação de preços, as despesas para a União seriam de 1,5 bilhão de reais.

Prorrogações de dívidas são históricas no agronegócio brasileiro, cujos integrantes criticam bastante os subsídios agrícolas concedidos por países desenvolvidos.

"No Brasil, prioriza-se o crédito, diferentemente dos EUA, onde o que existe é o componente de preservação da renda do agricultor", disse a presidente da CNA.

O governo brasileiro, que segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um dos países que concede os menores volumes de subsídios entre os integrantes do organismo, faz a sustentação de preços por uma série de programas, que incluem leilões de prêmio para o escoamento ou mesmo compras diretas de produtos, entre outros.

Para apoiar a comercialização, o Ministério da Agricultura já comprometeu este ano cerca de 3 bilhões de reais, e o ministro Reinhold Stephanes disse na semana passada que seriam necessários mais 1,6 bilhão de reais para completar o orçamento de 2009.

Os recursos adicionais, que estão sendo negociados com o Ministério da Fazenda, seriam destinados especialmente ao apoio à comercialização de milho, e o ministério avalia também mais programas para o café.

Questionado sobre o assunto durante o congresso, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães, disse não ter informações sobre a liberação dos recursos.

"Não gostaria de estabelecer um valor para a subvenção, só acho que ela deve ocorrer quando for estritamente necessária", disse a senadora, indicando que o PIB do Agronegócio este ano dificilmente ficará no nível registrado no ano passado, quando teve alta de 6,5 por cento.

"Garanto que a sustentação é muito mais barata para a União e ao sistema financeiro, porque a prorrogação aumenta o caos na vida do agricultor, aumenta o seu risco e aumenta o seu endividamento. Queremos mostrar ao governo que sustentar preço é infinitamente mais barato na atual conjuntura do que prorrogar."

Com a crise financeira de crédito, agravou-se a situação dos agricultores que precisam de financiamentos para produzir. Os recursos ficaram muito mais caros e escassos, especialmente para aqueles com problemas de inadimplência.

* Informações da Agencia Reuters. Noticia publicada no site O Globo desta segunda-feira - 10/08/2009. Por Roberto Samora.

Governo executou mais de R$ 800 milhões em Política de Garantia de Preços Mínimos – Sítio eletrônico do MAPA – 20/08/2009

O governo aplicou R$ 848,4 milhões na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos sete primeiros meses deste ano. Os recursos foram destinados à comercialização de mais de 1,4 milhão de toneladas de milho, trigo, feijão, arroz, sisal e fécula de mandioca, além de armazenagem, frete, impostos e seguros.

O volume de produtos equivale a 24,5% da meta de 5,8 milhões toneladas, programada para este ano, conforme dotação orçamentária prevista na Ação Formação de Estoques Públicos. Já o dinheiro aplicado até julho corresponde a 37% do estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA), totalizando de R$ 2,3 bilhões aprovados para 2009.

A maior parte das aquisições é para o milho (762,1 mil t), trigo (481,5 mil t), feijão (132,3 mil t) e arroz (64,8 mil t), principalmente de produtores dos estados das regiões Sul e Centro-Oeste, sendo 729 mil toneladas de Mato Grosso, 336 mil toneladas do Paraná e 229 mil toneladas do Rio Grande do Sul. (*Da Redação, com informação de Raimundo Estevam/Conab)*

Parlamentares discutem endividamento do setor rural brasileiro – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza, na próxima quarta-feira (26), às 9h30, audiência pública para discutir o endividamento de produtores rurais brasileiros.

Estão convidados para os debates os presidentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e entidades representativas dos segmentos da soja, arroz, cana-de-açúcar, laranja, café, cacau, suínos e do gado leiteiro.

Veja abaixo a lista de convidados:
-Dr. MÁRCIO LOPES DE FREITAS - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
-Dr. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
-Dr. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM - Presidente da Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
-Dr. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA - Presidente da Comissão Nacional da Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
-Dr. JOSÉ MÁRIO SCHREINER - Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA;
-Dr. ANTÔNIO ARIEL MENDES - Presidente da União Brasileira da Avicultura - UBA;
-Dr. GLAUBER SILVEIRA DA SILVA - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA;
-Dr. RENATO CAIAFFO DA ROCHA - Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande de Sul - FEDERARROZ; (confirmado)
-Dr. IRINEU WESSLER - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS; (confirmado)
-Dr. AROLDO RODRIGUES DA CUNHA - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão;
-Dr. ODACIR KLEIN - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores do Milho - ABRAMILHO;
-Dr. GILSON JOSÉ XIMENES ABREU - Presidente do Conselho Nacional do Café - CNC; (confirmado)
-Dr. ANTONIO CELSO CAVALCANTI ANDRADE - Presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA; (confirmado)

-Dr. CHRISTIAN LOHBAUER - Presidente da CITRUS BR;
-Dr. IVAN PINTO DA COSTA - Presidente da Câmara de Fruticultura de Juazeiro/BA, e
-Dr. ISIDORO LAVIGNE GESTEIRA(DORINHO) - Presidente do Sindicato dos Produtores de Ilhéus/BA.

O Autor do Requerimento nº 426/2009 é o Deputado Luis Carlos Heinze - PP/RS.

Acompanhe a Agenda Parlamentar e a votação dos projetos de interesse dos produtores rurais aqui no Canal do Produtor, na página **Semana no Congresso.**

Dívida rural é de R$ 130 bilhões, diz deputado – Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2009

Um ano depois da sanção da Lei 11.775, que estabelece os critérios para renegociação de dívidas agrícolas, a situação dos produtores de arroz, algodão, soja e milho, carnes, leite, café e cana ainda é "alarmante", segundo o deputado Homero Pereira (PR-MT). A dívida atual do setor é de R$ 130 bilhões, conforme estimativas divulgadas hoje por representantes do setor em audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. As informações são do deputado.

Os produtores de Mato Grosso acumulam saldo devedor de R$ 11 bilhões e a falta de renda dificulta o pagamento das parcelas dos programas de repactuação anteriores. Durante o debate, os participantes alertaram que o último processo de renegociação das dívidas rurais, que resultou na Lei 11.775, foi difícil, longo e de pouca valia prática para os produtores.

Na audiência, representantes da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT) informaram que o agricultor mato-grossense recebe aproximadamente R$ 300 por hectare plantado do grão, valor inferior aos custos de produção, que chegam a R$ 531 por hectare. Desse total, R$ 231 por hectare são comprometidos somente com o pagamento de parcelas dos refinanciamentos do saldo devedor.

Segundo Homero Pereira, algumas medidas apontadas pelos diferentes segmentos agrícolas contribuem para um cenário menos pessimista. Entre elas, ele citou o recálculo dos financiamentos, redução significativa da taxa de juros (a média atual é de 10%), criação de um fundo garantidor de renda e prazo adequado para o pagamento do parcelamento.

* Agência Estado.

Postergadas dívidas de investimento – Sítio Eletrônico da CNA – 27/08/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em reunião ordinária, permissão aos bancos para rolar a parcela deste ano das dívidas de operações de investimento contratadas com recursos do BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional. Os vencimento serão postergados para o fim dos contratos ou diluídos ao longo das outras parcelas.

Os produtores terão que pagar os juros da parcela de 2009, mas ficarão impedidos de contratar novos financiamentos para investimento até a amortização integral das prestações de 2010. O benefício será concedido ao produtor que comprovar a causa da incapacidade de pagamento, a intensidade da perda e o percentual de redução de renda provocado pelo problema.

A medida inclui operações de Finame Agrícola Especial, além de Pronaf lastreados em poupança rural, orçamento da União, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e fundos constitucionais. Mas os bancos só poderão rolar até 8% de suas respectivas carteiras de crédito desses investimentos. Os membros do CMN também permitiram a prorrogação da parcela de 2009 das operações de custeio e colheita com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Além disso, o Conselho Monetário criou um bônus de adimplência de R$ 700 para operações individuais de Pronaf Especial de Investimento do chamado grupo C. O benefício estava restrito a contratos agrupados e será estendido a operações feitas até 30 de junho de 2004.

No caso da linha de R$ 10 bilhões criada para socorrer agroindústrias e cooperativas com capital de giro durante a crise financeira global, o CMN aprovou ontem uma norma definindo o prazo de reembolso de até dois anos, para a dívida principal e os encargos financeiros, mas deixou a critério do Banco do Brasil a definição da periodicidade de pagamento dos empréstimos. O BB usou R$ 5 bilhões de recursos da poupança rural para adiantar financiamentos às empresas e deve receber aporte de igual valor do Tesouro Nacional.

* Noticia publicada no Jornal Valor Econômico desta Quinta-Feira - 27/08/2009.

Governo resiste e ruralista pressiona por nova rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 27/08/2009

Parlamentares da bancada ruralista e produtores iniciaram ontem um movimento político que pode redundar na sétima renegociação geral das dívidas do setor. Em sentido oposto, o governo tenta barrar a aprovação de um projeto de lei da Câmara que poderia autorizar a rolagem de até R$ 36 bilhões em débitos rurais antigos.

Em ampla audiência na Câmara, dirigentes de onze associações rurais cobraram apoio político dos parlamentares e medidas urgentes do governo, como a criação de um fundo garantidor de crédito, para evitar uma nova crise de renda no setor. "É uma discussão cansativa, mas temos que tomar uma atitude agora", defendeu o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Glauber Silveira.

Nos últimos cinco anos, o governo tratou das dívidas em 38 leis, medidas provisórias, resoluções e decretos, segundo o setor. A última renegociação, autorizada em setembro de 2008, repactuou R$ 75 bilhões em débitos. Mas não teria havido solução para operações de custeio em regiões prejudicadas pelo clima, débitos com fornecedores privados (FAT Giro), programas de investimentos, dívida ativa da União e programas de securitização e de saneamento de ativos (Pesa).

O governo discorda da interpretação. Tanto que o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) pediu ontem à Comissão de Constituição e Justiça para barrar a tramitação do PL 5507/2005, que permitiria uma nova renegociação imediata. O governo alega que essas dívidas já foram liquidadas ou regularizadas na última repactuação do passivo rural.

Mesmo com a oposição do governo, os produtores buscam agora emplacar prazos mais longos (até 2029), expurgos de juros indevidos, período de carência, subsídios mais robustos ao seguro rural e "hedges" financeiros, além de um "recálculo" nas dívidas totais do setor, estimadas em até R$ 130 bilhões por avaliações preliminares.

Aos problemas mais conhecidos, como altos custos de produção, câmbio desfavorável na venda, infraestrutura arruinada, falta de seguro rural e problemas climáticos, os produtores somaram as incertezas geradas pelas discussões de alteração no Código Florestal e a proposta de revisão dos índices de produtividade agropecuários, ambos em debate no Congresso e no governo. "Temos dificuldade de acesso ao crédito, falta de limites bancários, preços futuros em queda e ainda temos que lidar com pressões descabidas como essas em um momento de crise internacional", resumiu o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Cunha.

Uma avaliação preliminar divulgada pelas entidades do setor aponta que 54% do PIB da agropecuária estão comprometidos com o pagamento de dívidas. "Temos R$ 300 de lucro por hectare, mas as dívidas exigem R$ 513. Isso sem contar 10% de juros médios anuais. O governo prorroga, mas não recalcula", disse Glauber Silveira.

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) informa haver inadimplência de 35% nos débitos com programas de investimento, operações de custeio já prorrogadas e custeio prejudicados por problemas climáticos desde a safra 2003/2004. "Isso está gerando uma grande concentração de produção, exclusão de produtores e vai dificultar o acesso ao

crédito rural oficial e até mesmo privado", disse o presidente da federação estadual da Agricultura de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) informou aos parlamentares haver 3 mil execuções judiciais contra produtores apenas em razão da inadimplência do programa de securitização. "Tem gente que entregou a cana, recebeu 30% à vista, mas agora está nas mãos de usinas que pediram recuperação judicial", afirmou o presidente da Feplana, Antonio Cavalcanti Andrade.

Os parlamentares prometem atuar. "Se não houver pressão, não haverá solução", afirmou o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). E o senador Gilberto Göellner (DEM-MT) emenda: "Nem o fundo garantidor resolve mais. Precisamos de renda", disse. A reunião teve a presença de ABCS, Federarroz, CNC, OCB, UBA e cacauicultores.

Postergadas dívidas de investimento – Valor Econômico – Agronegócios – 27/09/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em reunião ordinária, permissão aos bancos para rolar a parcela deste ano das dívidas de operações de investimento contratadas com recursos do BNDES e equalizadas pelo Tesouro Nacional. Os vencimento serão postergados para o fim dos contratos ou diluídos ao longo das outras parcelas.

Os produtores terão que pagar os juros da parcela de 2009, mas ficarão impedidos de contratar novos financiamentos para investimento até a amortização integral das prestações de 2010. O benefício será concedido ao produtor que comprovar a causa da incapacidade de pagamento, a intensidade da perda e o percentual de redução de renda provocado pelo problema.

A medida inclui operações de Finame Agrícola Especial, além de Pronaf lastreados em poupança rural, orçamento da União, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e fundos constitucionais. Mas os bancos só poderão rolar até 8% de suas respectivas carteiras de crédito desses investimentos. Os membros do CMN também permitiram a prorrogação da parcela de 2009 das operações de custeio e colheita com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Além disso, o Conselho Monetário criou um bônus de adimplência de R$ 700 para operações individuais de Pronaf Especial de Investimento do chamado grupo "C". O benefício estava restrito a contratos agrupados e será estendido a operações feitas até 30 de junho de 2004.

No caso da linha de R$ 10 bilhões criada para socorrer agroindústrias e cooperativas com capital de giro durante a crise financeira global, o CMN aprovou ontem uma norma definindo o prazo de reembolso de até dois anos, para a dívida principal e os encargos financeiros, mas deixou a critério do Banco do Brasil a definição da periodicidade de pagamento dos empréstimos. O BB usou R$ 5 bilhões de recursos da poupança rural para adiantar financiamentos às empresas e deve receber aporte de igual valor do Tesouro Nacional. **(MZ)**

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL